**PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2015.
(Do Senhor Otavio Leite)**

Altera a Lei n.º 7.291, de 19 de dezembro de 1984, que dispõe sobre as atividades de equideocultura no País, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - o Art 12 da Lei n.º 7.291, de 19 de dezembro de 1984, que dispõe sobre as atividades de equideocultura no País, e dá outras providências, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“ Art 12.

.....

Parágrafo único – Do montante a ser pago como prêmio poderão ser acrescidos os valores gastos por aquele que a ele fez jus, com despesas de aluguel de baia, serviços de veterinária, ferrageamento, e custos de manutenção de animais, legalmente comprovados definidos na forma do regulamento específico, até o limite desde que não ultrapasse o valor do imposto de renda retido na fonte.

Art. 2º Esta lei entra em vigor da data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta configura um legítimo pleito apresentado pela Associação Carioca dos Proprietários de Cavalos Puro Sangue Inglês, que expressa e alcança toda a atividade de equideocultura nacional.

A atividade hípica, que gera milhares de empregos, grande parte em áreas rurais do país, onde se localizam a totalidade dos centros criatórios em atividade, tem sofrido acelerado declínio, que se comprova quer pela queda verificada no número de reprodutoras, haja visto que em 1988 o plantel dos haras brasileiros era composto de 8.956 éguas, enquanto em 2013, último ano com dados oficiais disponíveis, não passava de 3.313 reprodutoras. Da mesma forma, enquanto em 1988 foram

registrados 4.922 nascimentos, em 2013 esse número não passou de 2.686. Por sua vez, o número de criadores registrados caiu de 1.274, em 1988, para 352, em 2013. Esses dados foram obtidos junto ao Stud Book Brasileiro.

Como consequência da queda acentuada na produção de equinos da raça PSI, os clubes hípicos têm sofrido com a queda do número de animais em condições de competir, o que levou alguns deles a deixarem de realizar reuniões turfísticas, enquanto outros, como o Jockey Club Brasileiro e o Jockey Club de São Paulo, reduzem a cada ano o número das reuniões que promovem, o que tem perverso efeito retroalimentador sobre a criação nacional, com impacto sobre toda a cadeia produtiva e respectiva capacidade de geração de emprego.

Apesar do notório declínio do setor, a tributação que incide sobre os prêmios brutos auferidos por proprietários, criadores e profissionais de turfe, sendo feita exclusivamente na fonte sobre os rendimentos pagos, sem direito a qualquer dedução. Esse fato desestimula ainda mais a cadeia produtiva que existe por trás da atividade turfística. Assim, o que propomos estimulará a atividade turfística e todo o seu desenvolvimento.

Pelo exposto, conto com o apoio do nobres pares para aprovarmos o presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em ____ de Novembro de 2015.

Deputado **OTAVIO LEITE**
PSDB/RJ